



REPERTÓRIOS DE CONFRONTO ANTIGÊNERO NA AMÉRICA LATINA

ROBERTA DO PRÁ ALANO¹; SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES²

¹Universidade Federal de Pelotas – roberta.alano@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – simone.gomes@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Em diversas democracias, discursos abertamente antifeministas e patriarcais, como homofobia, transfobia e posturas contrárias ao aborto, têm ressurgido de forma notável, alinhadas com a ascensão de ideologias de extrema direita (RUIBAL, 2014; SANTANA, 2022; SANTOS, MOTTIN e SILVA, 2022; DEL PINO DÍAZ, 2024). Contramovimentos transnacionais que desafiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a educação sexual e outros fenômenos que interpretam como expressões perigosas das chamadas "ideologias de gênero". Estes discursos que se opõem, questionam e deslegitimam as demandas afirmativas ligadas a gênero, reprodução e sexualidade são chamados de "ofensiva antigênero" — um fenômeno emergente, sobretudo, em países latino-americanos.

O motim antigênero é constituído por um contrapúblico heterogêneo, no qual religiosos e conservadores assumem papel de destaque em ações contra os direitos reprodutivos, a "ideologia de gênero" e a defesa de uma estrutura familiar estritamente heteronormativa (RUIBAL, 2014; SANTOS, MOTTIN e SILVA, 2022). Paralelamente, movimentos masculinistas dominam os *chans* e promovem ataques em massa contra feministas por meio de identidades anônimas (DEL PINO DÍAZ, 2024). Segundo BONET MARTÍ (2022), a precariedade no mercado de trabalho e o aumento da insegurança existencial, agravados pela pandemia, impulsionaram muitos, especialmente homens brancos, a buscarem refúgio em identidades ligadas à masculinidade tradicional ou grupos como redpills, homens alpha e "cidadãos de bem". YUVAL-DAVIS (2006) indica que as dinâmicas da relação entre o pertencimento e as políticas de pertencimento influenciam a formação de identidades e a inclusão ou exclusão social; "pertencimento" refere-se a um sentimento subjetivo de afiliação a um grupo ou lugar, enquanto as "políticas de pertencimento" diz respeito aos mecanismos institucionais e políticos que regulam quem é considerado parte legítima de uma comunidade.

As reações coletivas contra os movimentos que debatem questões relativas à gênero não são novidade, mas o que diferencia a ofensiva atual é a amplitude e diversidade de seus repertórios de confronto. Ações coletivas que vão desde pequenos protestos a fogueiras com a esfinge de Judith Butler, permeadas por discursos antifeministas e antidireitos, têm ganhado fôlego nas ruas e nas redes sociais. Nesse contexto, o estudo — ainda em fase de desenvolvimento — propõe investigar de que forma esses repertórios influenciam a criação, modificação e implementação de políticas sociais na América Latina.

O referencial teórico da pesquisa baseia-se nas concepções de repertórios de ação coletiva e confrontos políticos elaboradas pelo sociólogo Charles Tilly (2006), cujas ideias se fundamentam na abordagem de sociologia histórica da ação coletiva. Estes repertórios, aqui traduzidos como "repertório de confronto", conforme sugerido por Alonso (2012), são compreendidos como um conjunto de ferramentas e práticas que expressam entendimentos compartilhados por um

grupo, moldados por fatores culturais e estruturais. Esses repertórios refletem a maneira como grupos sociais mobilizam ações coletivas para reivindicar e contestar o poder político.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, a partir de uma revisão da literatura que abrange um período de vinte e quatro anos (2000-2024), conduzida nos acervos das plataformas *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), *Google Scholar* e Portal de Periódicos da CAPES. Posteriormente, será empregado o método de pesquisa hemerográfica para compilar um banco de dados abordando repertórios antigênero na América Latina nos últimos quatorze anos. A amostra será composta por reportagens e artigos sobre repertórios de confronto antigênero, publicados em jornais selecionados da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru, entre os anos de 2010 e 2024. A escolha dos países decorre de uma pesquisa exploratória que considerou os locais com maior repercussão e cobertura dos eventos para uma boa aplicação do método escolhido.

A coleta de informações será realizada nos jornais *El País*, *BBC*, *G1*, *UOL*, *Clarín*, *El Comercio*, *El Espectador*, *VanguardiaMX* e *El Universal*, escolhidos devido à abrangência e importância de suas coberturas jornalísticas na América Latina, além de contarem com bancos de dados informatizados e séries históricas mais extensas. Para a triagem das notícias, serão consideradas as palavras-chave “antigênero”, “antifeminismo”, “antiaborto”, “ideologia de gênero”, “pró-vida” e “aborto”, incluindo suas traduções correspondentes na língua espanhola. Com o auxílio do programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), pretende-se desenvolver um banco de dados que sistematize as notícias nas seguintes categorias: fonte, repertório de confronto, tipo de repertório, tema, local, data, atores, organização, liderança, resposta do Estado e poder político (âmbito legislativo, judiciário ou executivo). Além da revisão bibliográfica e da pesquisa hemerográfica, a metodologia pretende incluir entrevistas semi-estruturadas com atores ou ex-atores de diferentes núcleos de organização (religiosa, conservadora e/ou masculinista) para discutir repertórios não captados pela pesquisa hemerográfica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda está em uma fase incipiente, mas tanto a revisão bibliográfica quanto os primeiros resultados da pesquisa hemerográfica apontam para tendências importantes no cenário latino-americano. Os dados preliminares sugerem que a ofensiva antigênero na região, articulada por meio de diversos repertórios de confronto, tem exercido um impacto significativo na formulação e implementação de políticas sociais. Esse impacto se manifesta principalmente na retração de políticas voltadas para questões relacionadas a gênero, sexualidade e educação. O efeito dessa retração tem contribuído para o fortalecimento de um ambiente político progressivamente mais conservador e restritivo, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos e à promoção da inclusão social.

Em países como Argentina e Chile, que experimentaram recentes processos políticos de ascensão de setores da extrema-direita, este fenômeno se expressa

não apenas por meio de discursos, como por agendas que influenciam a esfera política nacional. Em 2019, a extrema-direita chilena propôs emendas ao anteprojeto constitucional para barrar possíveis avanços sobre a descriminalização do aborto, enquanto as feministas argentinas, vanguardistas na luta pelo direito ao aborto na América do Sul, enfrentam a eleição do candidato direitista Javier Milei, vinculado ao partido *La Libertad Avanza*, no pleito de 2023. Além de defender a revogação do aborto legal no país, Milei colocou fim do Ministério de Mulheres, Gêneros e Diversidade e negou a existência de disparidade salarial entre homens e mulheres.¹

No Peru, por exemplo, a campanha *Con Mis Hijos No Te Metas* conseguiu bloquear reformas educacionais que visavam incluir discussões sobre igualdade de gênero no currículo escolar. O movimento alegava que essas políticas tentavam "impor" uma ideologia de gênero às crianças, o que gerou um grande recuo na implementação de políticas educacionais progressistas no país (FRANCO e FILHO, 2020). Em 2016, o Ministério da Educação da Colômbia elaborou uma cartilha para promover ambientes escolares livres de discriminação, em resposta a uma ordem da Corte Constitucional no caso Sergio Urrego.² No entanto, essa cartilha nunca foi aprovada, e apenas perguntas orientadoras foram enviadas às escolas. Grupos conservadores disseminaram desinformação, incluindo histórias em quadrinhos com pornografia gay, que falsamente atribuíram ao ministério. Políticos como Ángela Hernández e o vereador evangélico Marco Fidel Ramírez lideraram campanhas contra o que chamavam de "colonização homossexual" e "ideologia de gênero". Essa campanha de desinformação coincidiu com o plebiscito dos Acordos de Paz com as FARC, intensificando a polarização sobre a diversidade de gênero e fortalecendo a direita colombiana. No Brasil, a polêmica em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) também gerou forte oposição antigênero. Originalmente, o PNE incluía diretrizes que promoviam a igualdade de gênero e combatia a discriminação nas escolas. Contudo, durante o processo de aprovação, houve uma forte resistência por parte de grupos religiosos e políticos conservadores, resultando na remoção de termos como "gênero" e "orientação sexual" do texto final do plano.

No México, grandes mobilizações contra o casamento igualitário e a inclusão de políticas LGBTQ+ foram mobilizadas em 2016. Movimentos conservadores se organizaram para protestar contra a iniciativa do presidente Enrique Peña Nieto de legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o país. Embora o casamento igualitário tenha avançado em algumas regiões, esses protestos atrasaram a implementação de uma política nacional unificada sobre o tema. Esses repertórios de confronto antigênero, ao unirem atores conservadores e religiosos, têm sido eficazes em bloquear ou modificar políticas que promovem a igualdade de gênero e os direitos reprodutivos e sexuais.

¹ Ver em: CHURCHILL, Paola. Como Javier Milei pode afetar os direitos das mulheres argentinas?. **Marie Claire**, Política, 20 de novembro de 2023. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/politica/noticia/2023/11/como-javier-milei-pode-afetar-os-direitos-das-mulheres-argentinas.ghml>. Acesso em 02/02/2024.

² Ver em: GONZÁLEZ-GIL, Natália. Colômbia: grupos orquestrados violam direitos das crianças LGBTQIAP+. **AzMina**, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/grupos-violam-direitos-de-criancas-lgbtqiap/>. Acesso em: 10 out. 2024.

4. CONCLUSÕES

Durante o caminho teórico-empírico percorrido até o momento, percebe-se que ampliação das discussões em torno do feminismo, do transativismo e da igualdade de gênero nos últimos anos tem resultado em discursos pró e anti-igualdade de gênero que desempenham um papel crescente na política de pertencimento, tanto em âmbitos nacionais quanto internacionais (YUVAL-DAVIS, 2006). Cada vez mais, estados debatem princípios de igualdade de gênero não apenas em suas agendas internas, mas também em suas políticas externas. Paralelamente, uma variedade de atores políticos, tanto em contextos nacionais quanto internacionais, tem contestado essas mudanças normativas. Políticos, formuladores de políticas e diversos atores sociais rejeitam ideias feministas e conceitos relacionados ao gênero, ao mesmo tempo em que promovem mudanças políticas que enfraquecem as estruturas e instituições fundamentais para a defesa dos direitos das mulheres, a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos da população LGBTQIA+.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociología & Antropología**, v.2, n.3, jun., p. 21- 41, 2012.

BONET I MARTÍ, Jordi. Antifeminismo: Una forma de violencia digital en América Latina. **Nueva Sociedad**, v.302, p.35-44, 2022.

DEL PINO DÍAZ, David. Presentación de las bases culturales de los grupos masculinistas contemporáneos: antifeminismo y transgresión reaccionaria. **Asparkía - Investigación feminista**, [S. l.], n. 44, p. 1–22, 2024.

FRANCO, C.; FILHO, E. M. A. M. Não metam gênero na nossa religião! Educação em disputa nos movimentos “Escola sem partido” e “Con mis hijos no te metas”. **REVER - Revistas de estudos da Religião**, v. 20, n. 2, 2020.

RUIBAL, A. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº14, mai - ago, p. 111-138. 2014.

SANTANA, A. T. "Anti-feminist Meeting Points in Latin America: Religious Neoconservatism, Authoritarian Neoliberalism, and Beyond." In: **Global Authoritarianism: Perspectives and Contestations from the South**. International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (ed.), p.140-158. Bielefeld: Verlag, 2022.

SANTOS, D. B. C.; MOTTIN, K. V.; SILVA, A. As cruzadas antigênero, antifeminismo, resistências e a disputa pela educação. **Dialogia**, São Paulo, n. 41, p. 1-15, maio/ago, 2022.

YUVAL-DAVIS, N. Belonging and the politics of belonging. **Patterns of Prejudice**, v. 40, n. 3, p. 197-214, 2006.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.